

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/06/2025 | Edição: 109 | Seção: 1 | Página: 113

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Justiça/Coordenação de Política de Classificação Indicativa

## DESPACHO Nº 129/CPCIND/SENAJUS, DE 10 DE JUNHO DE 2025

Processo: 08017.001224/2025-28

Aplicativo: Instagram

Tendo em vista a abertura de procedimento de revisão da classificação indicativa do aplicativo "Instagram", com fulcro no art. 62 da Portaria MJSP nº 502 de 23 de novembro de 2021 e § 1º do mesmo dispositivo, faz-se as seguintes considerações:

a) Foi realizada a análise de rotina do aplicativo Instagram e foram encontrados conteúdos díspares em relação a classificação indicativa outrora atribuída;

b) Estão presentes tendências de classificação mais elevadas, tais como: morte intencional (14); mutilação (16); crueldade (18); nudez (14), erotização (14); relação sexual intensa (16); situação sexual complexa ou de forte impacto (18); sexo explícito (18) e Consumo de droga ilícita (16).

c) Cabe esclarecer que a Classificação Indicativa fundamenta-se no previsto na Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 502, de 23 novembro de 2021, em especial no artigo 12, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo 1º que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos da Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 22, § 1º, inciso III);

d) As informações completas sobre a análise encontram-se disponíveis na NOTA TÉCNICA Nº 9/2025/JOGOS/SECIND/DCIND/CPCIND/SENAJUS/MJ (31927907);

e) A alteração da classificação indicativa outrora atribuída preserva tanto a liberdade de expressão, como a proteção de crianças e adolescentes, quanto a exibição de conteúdos inadequados ao seu desenvolvimento psíquico.

Desta forma, altera-se a indicação etária para "não recomendado para menores de 16 (dezesesseis) anos", por apresentar drogas, violência extrema e sexo explícito, em razão da aplicação dos critérios atuais explicitados no Guia Prático de Audiovisual.

A decisão é válida para qualquer versão do aplicativo.

**EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO**  
Coordenador

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

